

# Lote para servidor em área nobre

*Projeto de lei destina oito mil moradias para funcionários do GDF e de tribunais no Lago Norte e na Granja do Torto*

Kátia Marsicano  
Da equipe do Correio

O assunto sequer foi apresentado oficialmente na Câmara Legislativa, mas já pode ser considerado uma boa aposta de polêmica para movimentar os deputados neste final de ano. Trata-se de um projeto de lei que prevê a criação de quatro novas áreas habitacionais na cidade, para funcionários públicos do Governo do Distrito Federal e União, incluindo militares das Forças Armadas e os próprios servidores da Câmara Legislativa. Serão cerca de 8 mil lotes em locais nobres, como Lago Norte e região da Granja do Torto, bem pertinho do Parque Nacional de Brasília — uma área que, pelo menos teoricamente, deveria ter todo o seu entorno preservado.

O projeto, elaborado há cerca de 15 dias por um grupo de representantes de associações e sindicatos, já recebeu o apoio de 21 deputados distritais, mas mesmo assim há quem garanta

resistir a sua aprovação até o fim. Mesmo sendo minoria. Para esses, o preço do voto contrário vai ser alto. Será necessário enfrentar os servidores do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal da 1ª Região, Polícia Civil do DF, Departamento de Trânsito, carreira de Fiscalização e Inspeção, Finanças e Controle.

O lobby tem sido forte nos últimos dias. “Queremos votar nosso projeto ainda este ano”, comenta o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunal de Contas do DF, Elton Barbosa da Silva, uma das figuras mais frequentes nos corredores da Câmara nos últimos dias. Mesmo sem ter definidos detalhes como faixa salarial, aprovação urbanística, fundiária e ambiental, entre outros pontos ainda sem resposta, Elton acredita que será possível convencer os distritais a aprovar o projeto antes do dia 15. Hoje, às 9h, o assunto será discutido na Presidência da Câmara Le-

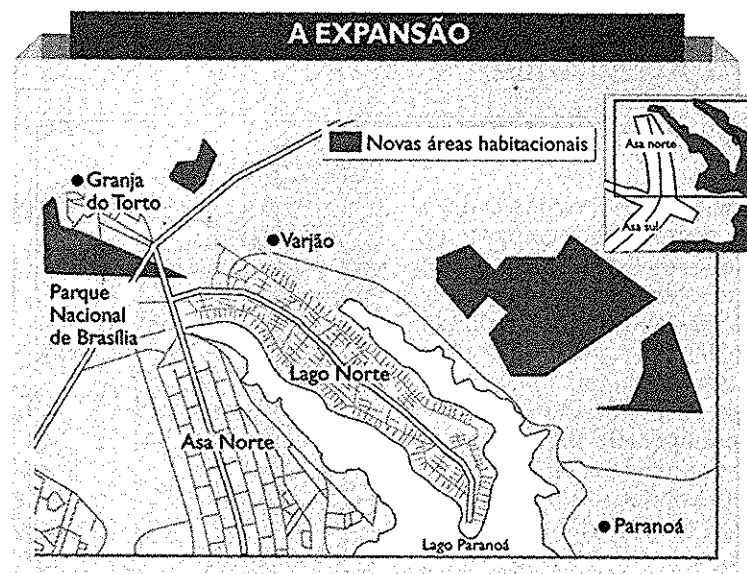
gislativa, com a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.

Paulo Alvarenga, presidente do Sindicato dos Servidores da Carreira de Fiscalização e Inspeção, diz que o único critério adotado para escolher a área foi o fato de estar desocupada, livre de litígios e sem irregularidades. Os lotes vão ter 400 metros quadrados e, se fossem vendidos hoje, no “câmbio negro” do comércio de terras públicas, custariam R\$ 30 mil.

## SERVIDOR SEM-TETO

Segundo Alvarenga, um dos responsáveis pela delimitação das quatro poligonais dos novos setores, é difícil saber quantos servidores vão conseguir passar na seleção, mas no caso da sua categoria, dos 1.100 profissionais, apenas 200 vão ser aceitos. “É uma área urbana de uso controlado. A população média deve ser de 50 habitantes por hectare”, conclui.

A mesma opinião é a do representante da Associação dos Servidores do Supremo Tribunal Federal, Geraldo Vaz. “Nosso quadro só tem 400 funcionários. Como muita gente já deve ter casa própria, só uns 150 serão beneficiados”, calcula. Os salários no STF, de acordo com in-



formações da própria associação, variam entre R\$ 1 mil e R\$ 4 mil, para auxiliares judiciários e analistas.

Primeiro a assinar o projeto, o deputado Alírio Neto (PPS) é um dos mais defensores do funcionalismo público “sem-teto”. Segundo ele, são pessoas que estão há mais de cinco anos sem qualquer tipo de benefício salarial, tendo que enfrentar planos de demissão voluntária e extinção de funções. “Não tenho nada contra o fato de os lotes serem em área nobre. Até hoje, os servido-

res sempre foram obrigados a morar na periferia”, diz Alírio.

Beneficiar funcionários públicos com lotes, na opinião do presidente da Câmara Legislativa, deputado Edimar Pireneus (PMDB), “é um absurdo” e, no que depender dele, o texto não vai a plenário se continuar nesses termos. Ele foi um dos três distritais que não assinaram em apoio ao projeto, alegando falta de critérios. “Servidores concursados e não concursados da Câmara Legislativa estão sendo beneficiados da mesma forma”,

queixa-se. “Isso não é certo”.

Pireneus lembra que vários outros projetos destinando áreas habitacionais para categorias de servidores já passaram pelo plenário da Câmara — aprovados inclusive por ele — e até hoje não saíram do papel. Além dele, o deputado César Lacerda (PTB) também não concordou com a ideia, por considerá-la “protecionista” demais.

O distrital petista Chico Floresta, que também ficou de fora da lista de adeptos, não foi localizado ontem para falar sobre o assunto, mas, segundo o seu assessor Inimar Nascimento, quando o projeto apareceu na Câmara, o deputado estava na China. “Caso contrário teria assinado”, garante.

Na semana passada, as assessorias de gabinete da Presidência e da Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente da Câmara Legislativa emitiram pareceres contrários à ideia. Segundo a nota técnica, à qual teve acesso o Correio Braziliense, o projeto contraria o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) e viola o princípio da igualdade, previsto na Constituição, a partir do momento em que seleciona as categorias que vão poder se candidatar aos novos setores.

## CRITÉRIOS

- Um ponto para cada ano de serviço público
- Um ponto para cada ano residente em Brasília
- Três pontos para cada dependente
- Precedência de servidor mais idoso, em caso de empate
- Os candidatos a comprar um lote não podem ter imóveis quitados no DF
- Não podem ter sido beneficiados por outro projeto habitacional
- As inscrições serão feitas nos sindicatos e associações de classe

## Lotes ocupam área ambiental

A questão ambiental é outro ponto discutido no projeto de lei que destina lotes para servidores públicos. De acordo com a nota técnica preparada pela Unidade de Desenvolvimento Urbano da Câmara Legislativa, uma das poligonais do novo setor está na área do Parque Nacional de Brasília, a 300 metros da cerca e dentro do limite de proteção ambiental de 10 quilômetros no entorno do parque (Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama nº 13).

“Esse projeto é uma piada”, comenta o ambientalista Humberto Felizaro, da Associação de Amigos do Parque Nacional, lembrando que o assunto vai entrar na pauta da próxima reunião do Fórum das ONGs, marcado para a semana que vem. Bem perto desse setor passam o ribeirão Bananal e o córrego do Acampamento, já contaminado pelo Lixão da Estrutural, segundo pesquisa da Universidade de Brasília. A outra poligonal do projeto está na área de proteção de mananciais hídricos.

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
Documentação	
Fonte	CB
Data	25   11   99 Pg 4
Class.	534